

SUMÁRIO

Nota do Autor	7
Introdução	13
1. BREVES NOÇÕES HISTÓRICAS	17
1.1 Histórico da suspensão.....	17
1.2 Evolução legislativa da suspensão.....	19
2. CONCEITO – PROCEDIMENTO E EFICÁCIA DO INSTITUTO.....	29
2.1 Incidente ou recurso.....	29
2.1.1 Recurso.....	29
2.1.2 O significado do vocábulo “incidente”.....	43
2.1.3 A suspensão como incidente	46
2.2 Suspensão da segurança e suspensão de liminar.....	48
2.3 Natureza jurídica.....	48
2.4 Procedimento	53
2.5 Análise da suspensão pelos tribunais superiores.....	57
2.6 Supremacia do interesse público sobre o privado	61
2.6.1 Desvirtuamento da supremacia do interesse público sobre o privado na suspensão de segurança	69
2.7 Extensão dos efeitos da decisão que suspende a liminar ou a sentença.....	72
2.8 Limitação imposta ao mandado de segurança.....	77
3. CABIMENTO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.....	81
3.1 Hipóteses de cabimento da suspensão de segurança.....	81
3.1.1 Conceitos indeterminados.....	83

3.1.2	Definição dos conceitos.....	85
3.1.3	Ordem pública.....	91
3.1.4	Economia pública.....	94
3.1.5	Saúde pública	96
3.1.6	Segurança pública.....	98
3.2	Momento de interposição da suspensão de segurança.....	99
3.3	Prazo para apresentação do incidente nos tribunais superiores	102
3.4	Decisão que suspende a eficácia da liminar ou da sentença.....	104
4.	LEGITIMIDADE ATIVA PARA APRESENTAÇÃO DO INCIDENTE	106
4.1	Entes de direito público	107
4.1.1	Entes despersonalizados.....	109
4.2	A legitimidade do Ministério Público.....	110
4.3	Serviços públicos.....	112
4.3.1	Desconcentração e a descentralização administrativa	115
4.3.2	Autorização, permissão e concessão para prestação de serviços públicos	116
4.3.3	Equilíbrio econômico-financeiro do contrato ..	117
4.3.4	Possibilidade de intervenção na concessionária	120
4.3.5	Distinção entre concessão e permissão	120
4.4	A legitimidade de concessionários e permissionários para requerimento da suspensão de decisão judicial	122
5.	PROCESSAMENTO DO INCIDENTE	135
5.1	Autoridade competente para analisar o pedido.....	135
5.2	Contraditório.....	140
5.3	Necessidade de julgamento pelo colegiado, para apresentação de nova suspensão	144
5.4	Prazo para interposição do agravo	153

5.5 Cabimento de recurso especial e/ou extraordinário .	154
5.6 Efeito multiplicador – “Efeito cascata”	157
5.7 Efeitos da decisão suspensa.....	160
5.8 Reparabilidade dos danos causados pela suspensão..	162
BIBLIOGRAFIA	165